

Joaquim Azevedo¹

Introdução

É minha convicção profunda que a “escola católica” contém, na revisitação participada e aberta da sua matriz, a chave para que a educação escolar possa ser hoje sinal de esperança e de qualidade, tanto para alunos e professores como para o conjunto da sociedade. Mas também reconheço que muitas escolas católicas, como outras, permanecem bastante desorientadas, perdidas algures em diversos atalhos, à procura dessa chave. Lá por serem sítios onde incidem as “luzes da ribalta”, não quer dizer que sejam aqueles onde melhor se possa encontrar a chave.

Respondendo ao convite da Brotéria para escrever um artigo sobre o último documento da Congregação para a Educação Católica, “A identidade da escola católica, para uma cultura do diálogo” (Janeiro de 2022) alinho algumas breves notas. Advirto para o facto de não ser um especialista em atos das Congregações; olho este documento a partir do meu trabalho contínuo com escolas católicas, sobretudo com os seus diretores e os seus professores, e com base na reflexão que venho empreendendo, em rede com muitos outros autores e em associações católicas internacionais, sobre o lugar e o papel da educação na atualidade.

Este documento nasce da “necessidade de uma mais clara consciência e consistência da identidade católica das instituições educativas da Igreja” (1²); “não é um tratado geral... mas uma ferramenta ... que pode ajudar a esclarecer alguns aspetos atuais e, sobretudo, prevenir conflitos e divisões no setor essencial da educação” (7). Assim, nos breves pontos de introdução ao documento, começa por se abrir um campo de análise, vasto e urgente, a atualização da identidade católica das escolas (incluindo as universidades); mas logo se anuncia que se dedicará a terceira e última parte às “questões críticas”, à prevenção de conflitos e divisões internas nas escolas católicas.

1. Considerando que a declaração conciliar “*Gravissimum educationis*” (1965, Papa Paulo VI) constitui o pilar do magistério da Igreja sobre a educação católica, qualquer revisitação e atualização deveria envolver e comprometer os protagonistas desta mesma educação. A identidade da escola católica e missionária não se assume e concretiza por decreto, nem com auscultações dos “interessados”. Nas escolas católicas com que trabalho, e têm sido várias, nunca vislumbrei, antes e depois do ano de 2015 (ano em que se realizou o último Congresso Mundial sobre a educação católica, em Itália, e aqui tido como pano de fundo deste documento), qualquer especial esforço em revisitar a identidade católica e a sua encarnação nos tempos presentes, envolvendo os seus vários protagonistas, a começar pelos professores, alunos, famílias e direções. Do mesmo modo, este recente documento está a passar-lhes ao lado, pelo menos até hoje (junho de 2022).

¹ Professor jubilado da Universidade Católica Portuguesa e membro do Conselho Nacional de Educação.

² As referências ao documento em apreço são realizadas através da identificação do número em que aparecem no texto original.

2. Não há outro lugar para ser “escola católica” que não seja este tempo que nos é dado viver. Não há outro lugar onde ajudar cada pessoa a levantar-se e a poder tornar-se plenamente realizada como pessoa única, nas múltiplas dimensões da inteligência e da vida, em liberdade e em comunidade. A análise sistematicamente dicotómica entre Igreja-Mundo, que coloca a Igreja e os seus princípios e valores nos céus estrelados e despeja sobre o mundo atual uma série de adjetivações que enfatizam a sua degradação, corrupção, fragmentação, delapidação, não serve uma Igreja-escola católica orientada pelo e para o serviço e sempre disponível para levantar todos e cada um, em qualquer lugar e circunstância, sobretudo os que se encontram prostrados sobre o chão ou vergados sobre o peso dessa corrupção, da desesperança, da inquietação e do medo. A identidade da escola católica joga-se e edifica-se na história e não num lugar mítico e desencarnado para onde os documentos da Igreja tendem a remetê-la, já há várias décadas. Esta postura “convida” os protagonistas da educação a saltarem para fora da realidade, a operar em torno de fantasias, deixando-os atarantados (ou abandonados), enleados em múltiplos e prementes desafios sociais e mais aptos a repetir slogans e a verificar se os crucifixos, apesar dos abalos, ainda estão bem pendurados nas paredes (passe o exagero), do que a educar corajosamente, procurando, em comum e incessantemente, discernir como ser escola hoje, segundo a sua matriz que é a pessoa de Jesus Cristo.

Repetir durante décadas seguidas que a escola católica deve promover a educação integral de cada criança, jovem e adulto, e ignorar os concretos e históricos tempos e modos em que esse objetivo central se tem de declinar, parece evidenciar dois problemas: uma dificuldade crescente em amar o mundo e as pessoas concretas e “corrompidas” que aí vivem e lutam e a promoção de uma fuga à dificuldade real em ler e responder aos “sinais dos tempos” e em promover o diálogo e a escuta de cada instituição e dos seus protagonistas, professores, alunos e famílias.

Reconheço que é difícil discernir, neste tempo histórico, os melhores caminhos para a renovação da escola católica. O mesmo sucede com todas as escolas e com a educação, em geral, pois a sociedade e a cultura mudaram muito nas últimas décadas e estão em acelerada transformação. A escola da modernidade, construída no século XIX, encontra-se a entrar às arrecuas pelo século XXI dentro, sem capacidade de se renovar. As escolas e o modelo histórico educativo e cultural em que se inscrevem não podem ficar no ângulo morto das análises, pois é porventura de uma mudança de paradigma educativo que estamos a falar.

Dos que são de Cristo eu espero muito: uma procura conjunta, uma luz que se partilha em cima da mesa, uma disponibilidade para dar passos corajosos e rasgar novos horizontes, atualizando nos novos contextos o que de melhor se fez até hoje. Repetir à exaustão que as escolas católicas devem promover “a educação integral das novas gerações à luz do Evangelho” e afastar-se deste mundo imundo, catalogando-o e enumerando as suas desgraças, não ajuda os protagonistas a enfrentar os enormes desafios da hora presente, nem promove a renovação da identidade da escola católica. Ajuda-os, bem mais depressa, a serem iguais a quaisquer outros, a descolar da realidade e a viver o quotidiano sob o signo de uma outra realidade que é habitada pelas frases feitas e pelos slogans, repetidos décadas a fio. Isto revela imensa dificuldade em co-construir novos horizontes, ouvindo a voz dos alunos, dos professores e das famílias, e em edificar, em conjunto, compromissos e novos passos,

avaliando-os e solidificando-os ... e há tantas tentativas concretas e isoladas que estão a ser construídas, em diferentes contextos culturais, por todo o mundo.

3. Corre-se assim o risco de fazer da escola católica uma marca que se quer fazer perdurar a todo o custo, sem dúvida uma marca com grande valor comercial, mas sem cuidar devidamente do seu valor substantivo. De facto, para muitos pais, colocar um filho numa escola católica tem muito menos que ver com a procura e o compromisso com a especificidade intrínseca da sua educação, do que com a segurança diante da instabilidade e da incerteza desta hora: entre matricular os meus filhos aqui ou em outro lado, opto pelo “colégio X”, porque posso pagar e porque sei que aqui as crianças estão seguras e são bem tratadas, os professores não faltam e a educação tem qualidade (o que quer que isso seja).

É como se a escola católica tivesse um valor *per se*, instituído e inscrito a ferro e fogo nestas duas palavras, uma instituição incorruptível que não precisa de entrar no rio nem molhar os pés no imundo mundo de hoje. Como se bastasse reter e lembrar a armadura moral que circunda estas duas palavras mágicas e a ética pudesse ficar para depois.

O problema é que pode ser um pouco tarde, talvez até demasiado tarde e a sociedade, que tanto poderia beneficiar da originalidade e inteligência destas instituições, que transportam tanta e tão fértil história e que contam com a ação permanente e benfazeja do Espírito Santo, já tenha acabado por as desvalorizar por serem apenas mais umas escolas como quaisquer outras, organizações que qualquer assomo de laicismo e jacobinismo faz desaparecer.

Infelizmente, a atenção que o documento dá às “questões críticas” fica bastante enredado em modos de resolver conflitos internos dentro das escolas católicas, entre “competências e legislações”.

4. Este documento (talvez mais do que outros que lhe antecederam) ajuda os protagonistas que trabalham nas escolas, sobretudo os diretores e os professores, mas também toda a comunidade escolar, as crianças e jovens e as famílias, as autarquias e outros parceiros locais, a ausentar-se da complexa realidade para parte incerta, um lugar onde parece que é mais fácil sobreviver com a bússola do passado. E isto acontece de um modo que importaria debater.

Primeiro: ignora-se sistematicamente que esta escola que temos e onde o ideal da “escola católica” tem de encarnar é uma construção social que herdámos da modernidade, que serviu a constituição dos estados-nação e a edificação da unidade nacional em muitos países, que colocou as escolas a servir os processos de industrialização e a formar o capital-humano adequado a cada momento da evolução económica, que reproduziu e reproduz a estratificação e a desigualdade social e que se declina quotidianamente reproduzindo um modelo uniforme, normalizador e burocrático, um “pronto a vestir de tamanho único”, modelo este que se ergue em torno do paradigma “uma escola, uma disciplina, um professor, uma turma, um programa, uma sala de aula, um horário e um tempo letivo”. E esta constatação e esta consciência de que há uma história concreta que continua a amarrar estruturalmente este sistema escolar e lhe confere uma dada identidade cultural, em qualquer país do mundo, constitui uma pesada pedra que permite enquadrar as análises e as propostas que se colocam em cima da mesa, considerar os desafios e as novas propostas que se

enunciam, entrever os horizontes que se abrem e atualizar a sua capacidade de inscrever tudo isso na realidade concreta que se vive. Escolas católicas e não católicas estão exatamente dentro do mesmo barco, que baloiça como nunca.

Segundo: acresce que, nas últimas décadas, a escola da modernidade tem estado sob fogo cruzado de mandatos sociais e políticos que atualizam a missão da educação escolar seja como seleção dos mais aptos para servir uma nova economia globalizada, seja como percurso individual e competitivo tendo em vista alcançar os melhores lugares disponíveis no mercado de trabalho, conduzindo as instituições escolares a darem primazia à prestação externa de contas; isto traduz-se numa fixação crescente das mesmas instituições em torno de uma “performatividade exibicionista”, onde o que mais conta é a imagem que se vende para o exterior e não as práticas e a ética quotidiana, realidade que tem tido enorme impacto em Portugal. A isto acresce o efeito do mito meritocrático. Como refere Sandel (2020³³), o rosto obscuro do ideal meritocrático está associado precisamente à mais atraente das suas promessas, a de que cada pessoa pode dominar o seu destino e fazer-se a si mesma, com base no talento e no esforço, o que nega as profundas desigualdades de oportunidades e eleva ao alto a soberba do paradigma individualista, tecnocrático e autoritário das instituições escolares.

Com estes cruzam-se outros mandatos políticos e culturais que sublinham um perfil mais humanista da educação escolar, implicada com a emancipação de cada pessoa e com a educação como um bem comum que tem de ser hoje reconstruído no espaço público, fruto da cooperação entre os protagonistas, numa “nova aliança” que tem a sua bússola nas práticas de uma “cultura do cuidado” (36) e na busca incessante da equidade, da igualdade de oportunidades de acesso e de sucesso e da justiça social. Todavia, os mandatos prevaletentes, aqui e um pouco por todo o mundo, são os que estão a provocar uma progressiva secura ética e antropológica da educação, reforçando a subserviência desta aos mandatos económicos, ao individualismo, à competitividade e seletividade.

E esta realidade como interpela a escola católica, como faz estremecer as traves da sua identidade cristã, o que está a pedir de novo e de velho à escola católica de hoje? Deve a escola católica fazer de conta que a subordinação a estes mandatos não existe? Onde é que nos leva trilhar este caminho? O que quer dizer “densificar antropológica e eticamente” a escola, hoje?

5. Não são fáceis estes pontos de partida e estes reptos. Basta olharmos para tantas instituições escolares católicas que foram criadas para acolher os mais pobres e até as crianças abandonadas e que hoje se dedicam a acolher as mais ricas de entre elas, seguindo mandatos de seletividade e competitividade que não eram os que estavam inscritos na sua matriz, ao mesmo tempo que as mais pobres não desapareceram de cena, são apenas outras e em outras circunstâncias históricas.

De facto, as escolas são palcos onde se digladiam estas tensões e contradições e onde conflituam diversos atores e interesses, não são instituições neutras. Os mandatos sociais contraditórios que impendem sobre a missão e as escolhas da educação escolar vão manter-se, não vão desaparecer. E é nessas tensões, contradições e paradoxos que é preciso mergulhar, escapando a soluções fantasiosas e a calculismos, a cedências mais ou menos burocráticas e a subversões tecnocráticas que acabam sempre por

³³ Sandel, M. (2020). La tiranía del mérito. Qué ha sido del bien común? Debate.

marginalizar e excluir, aumentando a contradição entre o que se diz e escreve e o que realmente se faz. Este mergulho representa um processo de profunda abertura e conversão que as escolas católicas têm de empreender, em vez de se autojustificarem sempre com as ligaduras com que o Estado as ata, problema real e que também tem de ser enfrentado em conjunto, nunca isoladamente.

6. Todas as escolas se encontram numa complexa encruzilhada, embora muitas não se deem conta ou optem por meter a cabeça na areia. Há um ideal e uma formulação institucional escolar que foram edificados dentro de um pacto social datado, que está hoje em desintegração, o que requer que as suas promessas de humanidade, de equidade, justiça e fraternidade precisem de ser refundadas, neste tempo crítico de acelerada mudança que vivemos hoje, na Europa e em boa parte do mundo. O mesmo se passa, pois, nas escolas católicas.

Estes mandatos sociais, sistematicamente interpretados e impostos aos diferentes países por poderosas organizações internacionais, como a OCDE e a União Europeia, o Banco Mundial ou a UNESCO, acabam por configurar o “poderoso poder” que tem o “sistema educativo mundial” sobre os sistemas educativos nacionais, marcando as suas agendas, definindo as suas prioridades e difundindo modelos de ação e de inovação como “boas práticas”.

Imersas em tantas corridas e tensões para poderem cumprir prescrições extrínsecas e implicadas em tantas medições externas de resultados, induzidas a circunscrever a um pequeno núcleo as capacidades a desenvolver pelos alunos, repetindo técnicas pré-estabelecidas de transmissão de saberes pré-selecionadas e mantendo os mesmos modos de organização das turmas e dos grupos de alunos, dos professores e dos espaços, as escolas correm o risco de se tornarem “não-lugares” (M. Augé). Ou seja, lugares onde se programam e realizam centenas de atividades, onde se corre cada vez mais e onde se dialoga e relaciona cada vez menos, lugares onde se respira essa segura antropológica e a reprodução de desigualdades e de desumanidades.

A fuga para o fazer muito e depressa representa uma tentativa de esconder o sol com uma peneira; esta velocidade, a que se adicionam modelos burocráticos de trabalho e pouco respeito pela autonomia profissional dos educadores, tem duas consequências visíveis: é incompatível com o tempo da educação, necessariamente lento, relacional, porque fundado no reconhecimento, um tempo que dá uma importância capital à reflexão-ação e à adaptação a cada contexto; provoca um enorme cansaço e um desgaste permanente, a que se soma habitualmente um sentimento de impotência, quando não de ressabiamento. Prolifera o sentimento de que “eu até estou a ver o que seria preciso fazer, onde se deveria chegar, mas não consigo discernir o como e o quando, nem consigo tempo para refletir sobre isso em conjunto com os meus colegas”.

Este lugar onde se fazem cada vez mais “coisas” e cada vez mais depressa, é aquele onde há cada vez menos tempo para o cuidado, para uma cultura fundada sobre o “reconhecimento da dignidade de cada pessoa” (36). Então, como enfrentar esta realidade? Como inscrever aqui mesmo a promessa da escola católica, em conflito com as restantes crenças e promessas? Como se poderá refazer hoje este reconhecimento de cada uma das crianças e jovens? Como se cuida de cada um e de cada uma, apoiando a sua missão de protagonistas da sua vida e agentes de transformação da realidade? Que quadro de referência e que práticas é preciso e possível mudarmos

para que cada educador se sinta focado nestas missões e para que, também eles, se sintam cuidados por parte das instituições? E se em vez de disparamos a fazer muitas atividades, nos encontrássemos e escolhêssemos umas poucas e essas fossem as que pensámos que melhor materializam o caminho atual da escola católica? E se dêssemos as mãos e fizéssemos tudo isto em rede, em dinâmicas de entreaajuda, numa abertura de espírito nunca vista? Que novo pacto social será preciso edificar para a educação e quem, quando e como envolver?

7. Partilho da perspetiva do documento que estamos diante de “uma emergência educativa generalizada” (34) que atinge todas as escolas do planeta (emergência já assinalada por Bento XVI, em 2008). Precisamos mesmo de refundar a educação das crianças e dos jovens. Estas e estes, como nunca na história humana, estão a ser submetidos a um estado de manipulação permanente, sobretudo pelo consumo desenfreado de informação, de tecnologias digitais e de “redes sociais”, que não favorece quer o encontro consigo mesmos e com o desenho da sua vida de modo autónomo e único, quer com a capacidade de se colocar no lugar do outro, sobretudo dos mais pobres e desamparados, em sociedades solidárias.

A escola católica “faz parte de uma Igreja em saída que acompanha a humanidade em todos os seus processos”, o que “torna necessária uma educação que ensine a pensar criticamente e ofereça um caminho de amadurecimento nos valores” (31). Sendo este o caminho, é verdade que os tempos não estão de feição para uma educação de cunho humanista e focada no pleno desenvolvimento integral de cada ser, o que se agudiza quando queremos promover e fortalecer uma educação fundada no Evangelho e na pessoa de Jesus Cristo.

Além disso, há Estados, como o nosso, que perturbam esta procura de autenticidade e verdade, desrespeitando o princípio da subsidiariedade, limitando a autonomia e a liberdade das escolas católicas, por força de um laicismo bacoco e de um jacobinismo anacrónico, que ferem o direito à educação e a justiça social. Claro que o fazem de modo demagógico e procurando fazer crer que a “escola pública” estatal é a única e a mais bela encarnação dos mais belos ideais da educação e que todas as outras são parte de uma fraude comercial, mais ou menos encoberta. Como se a natureza jurídica das escolas conseguisse fazer acontecer o milagre da qualidade da educação!

Esta imaturidade cultural e cívica tem causado muitos danos ao pleno desenvolvimento da escola católica, sobretudo pela injusta distribuição dos recursos comuns, que fere deliberadamente o direito à educação.

Todavia, é preciso continuar a enfrentar o problema: os reptos do mundo atual exigem muita coragem, capacidade de invenção de novos caminhos e um inequívoco e exigente reforço da entreaajuda, para que as escolas católicas não sejam conduzidas a uma progressiva e queixosa perda da sua identidade católica, transformando-se apenas em umas escolas mais, integradas numa rede de ofertas educativas, como que condenadas a seguir as modas políticas escolares de cada momento. É possível mais e melhor do que a expressão da amargura e a cópia das instituições educativas estatais. Deixar-se enredar nesta armadilha, muito bem orquestrada pelos inimigos da liberdade e do pleno desenvolvimento humano, tem conduzido à morte de muitas instituições educativas católicas. Como é que será possível inventar em conjunto estes novos caminhos? Que passos temos mesmo de dar, juntos, quando tantas

congregações estão a abandonar e “vender” as suas escolas, pois se encontram sem pessoas consagradas e isoladas e perdidas?

8. Este documento da Congregação surge depois de o Papa Francisco ter lançado a iniciativa do Pacto Educativo Global (PEG), em 2019; este é aqui referenciado em vários pontos (por exemplo: 33 a 35). Este Pacto seria depois reformulado e amplamente divulgado, em 2020, por iniciativa da mesma Congregação (Vademecum Pacto Educativo Global). O documento da Congregação combina a tradicional abordagem da identidade da escola católica com as ideias principais do PEG. Neste surgem bastante mais claros o ponto de partida, os objetivos e os eixos principais de ação das escolas católicas, além de se apresentar uma espécie de programa para refundar a educação católica nestes tempos instáveis, incertos e “líquidos” (Bauman). Todavia, a articulação de linguagens e de perspetivas e prioridades carece ainda de um trabalho mais aprofundado e mais participado.

O PEG toma como ponto de partida a “era de mudança” que enfrentamos e as profundas transformações que ocorrem “não só culturais, mas também antropológicas”, que criam “uma nova semântica enquanto se descartam indiscriminadamente os paradigmas tradicionais”; aponta, em especial, a “rapidificação” tecnológica, a “alteração constante dos nossos pontos de referência”, a “perda de solidez da nossa identidade” e a “dissolução das estruturas psicológicas” (poderia acrescentar as virtualidades das transformações tecnológicas, da aproximação entre povos e das cadeias de solidariedade que se desenvolvem por todo o mundo).

O Pacto propõe como passos: “primeiro criar a aldeia” (é preciso uma aldeia para educar uma criança, diz o provérbio africano) onde encontrar um acordo em torno de uma “educação que integre e respeite todas as dimensões da pessoa”, “ouvindo” tanto as evidências dos estudos, como “a vida de todos os dias”, escutando “professores, estudantes e suas famílias e a própria sociedade civil nas suas dimensões intelectuais, científicas, artísticas, físicas, políticas, de negócios e de caridade”. Uma aliança entre os habitantes da terra, entendida como casa comum, “de que devemos cuidar e respeitar”, uma aldeia e uma aliança para “preparar o terreno de onde deve ser erradicada a discriminação e onde a fraternidade deve florescer”. O PEG visa “renovar a nossa paixão com uma educação mais inclusiva”, apela à “unidade de esforços para uma aliança educativa global para formar indivíduos capazes de superar a divisão e o antagonismo e de restaurar a criação de relações em ordem a uma humanidade mais fraterna”. E resume as propostas em sete compromissos que será preciso co-construir, sendo um deles a escuta da voz dos alunos (belo sinal dos tempos).

No ano 2021, a UNESCO publicou o seu relatório “Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação”, seguindo a tradição de rever, de 25 em 25 anos, os horizontes educacionais com que deveremos trabalhar. Não se trata de um mero acaso esta coincidência de foco e a proximidade de perspetivas entre o PEG e o relatório da UNESCO. O que nos quer dizer este “sinal”? Que passos podemos dar, em conjunto, para “criar a aldeia”, preparar o terreno, envolver os protagonistas e enfrentar com coragem os mandatos que dificultam a concretização desta paixão por uma humanidade mais fraterna? Como fazer isto local e globalmente? Não será a Igreja Católica particularmente responsável por seguir este caminho, em rede, como

instituição global? Como superar, dentro de si mesma, egoísmos, tradições fechadas, egocentrismos, rivalidades?

9. Mas, mais uma vez, não descolemos da realidade. As escolas estão muito sós, as católicas e todas as outras. No caso de Portugal esta situação é muito preocupante, uma vez que esta solidão é acompanhada por um quotidiano de cultivo de uma relação vertical entre cada escola (ou agrupamento de escolas) e a administração central e por um controlo “hiperburocrático” onde ganham relevo quer as plataformas eletrónicas como o modo privilegiado de comunicação quer a ausência de autonomia institucional e profissional. No campo das escolas católicas esta situação atinge requintes de fragmentação difíceis de imaginar para quem as olha de fora, havendo uma enorme dificuldade para se realizar um trabalho cooperativo e em rede, mesmo dentro da mesma congregação ou diocese.

Esta solidão tende a agravar-se, uma vez que os mandatos socioculturais hegemónicos têm estado a valorizar sobretudo a prestação externa de contas por parte de cada escola isoladamente e a sua comparação com as outras. Este movimento para dentro e para debaixo do tapete, na tentativa de esconder os problemas e de optar por dialogar com “os seus botões”, diante dos enormes desafios com que cada escola é hoje confrontada, termina mais facilmente em lamento, em queixume, em falta de diálogo sociocomunitário, em volatilidade e dissipação das energias existentes, do que em congregação, entreatajuda, foco no mais importante (que é trocado pelo urgente) e construção comum e no espaço público dos novos passos que será preciso dar.

Só em conjunto é que as escolas podem fazer face aos desafios do momento presente e da sua acelerada transformação; só em diálogo sério e continuado com outras instituições sociocomunitárias, a começar pelas famílias, os lugares da primeira e principal educação, é que as escolas poderão desenhar os caminhos a percorrer e fazê-lo com tempo e em paz. Tem sido este o mais incessante apelo do Papa Francisco, no campo educacional, que veio a ser espelhado na sua proposta de Pacto.

10. A refundação da identidade católica das escolas autorizadas a designarem-se como católicas e que querem manter viva a chama da Boa-Nova de Jesus, colaborando ativamente com o Espírito Santo, não será, pois, um processo que se possa também tornar tecnocrático, “rapidificar” e simplificar. Ela joga-se nestas tensões e neste confronto sociocultural e político entre diferentes perspetivas e opções para a educação escolar. Não há outro lugar para trabalhar, porventura mais quentinho, virado para “a minha sala de aula e para os meus meninos”, mas fora da história vivida pelos mesmos “meninos”.

A escola católica refunda-se sobretudo através das perguntas que decidimos colocar à realidade e dos critérios (evangélicos?) que elegemos para a pensar. Refunda-se através das ações que decidimos empreender, em conjunto e de forma coerente e persistente, ao longo de vários anos (que podem parecer muitos, mas que são muito poucos quando comparados com aqueles que este modelo escolar transporta na sua história). Refunda-se politicamente, pois é de um certo tipo de “polis”-sociedade e de humanidade que estamos a falar e que queremos refazer. Refunda-se na capacidade de cada profissional mudar os seus “gestos profissionais”, tornando-os fonte de inspiração para o pleno acesso ao conhecimento e desenvolvimento de cada pessoa que habita cada aluno.

Qual é afinal o coração que pulsa na escola católica?

A escola católica deve-se guiar pela “gramática do diálogo, não como mero expediente tecnicista, mas com uma forma profunda de relação” (30). Para alcançar esse objetivo, o Papa Francisco apela “ao dever da identidade, à coragem da alteridade e à sinceridade da intenção”, pois só o diálogo é um caminho de verdade que pode transformar a competição em colaboração (30).

11. O documento chama a atenção (mais uma vez) para o magno problema do recrutamento dos educadores e outros colaboradores das escolas católicas. O perfil dos educadores, a sua qualidade técnico-científica, a sua empatia e a sua vontade e disponibilidade para servir segundo o Evangelho, representam um dos mais fortes alicerces da escola católica. Quando não se cuida dos alicerces, não só é difícil posteriormente “endireitar a sombra da vara torta”, como se irá perder muito tempo e recursos a correr atrás dos vários prejuízos causados. Educar no contexto atual, de uma longa escolaridade universal e obrigatória, é uma missão muito exigente, que requer um acrescido discernimento e desenvolvimento pessoal-profissional, dentro de um muito especial cuidado e envolvimento institucional.

Ora, sendo esta uma prioridade tão óbvia, é escandalosa a facilidade com que as escolas católicas recrutam quem aparece e é recomendado, sem que seja pelo menos devidamente esclarecido e assumido, desde a hora anterior à primeira, as condições do exercício profissional e a firme disposição, pessoal e institucional, para realizar tanto um percurso inicial e obrigatório de indução e de inculturação institucional, como uma recorrente atividade de acompanhamento e estímulo ao desenvolvimento profissional. Faz-se tanta economia deste essencial!

As instituições desempenham um papel muito importante na qualidade da educação que acaba por se praticar, não são feitas por pessoas-profissionais isoladas, e dificilmente cumprem a sua missão se os educadores remam para lados diferentes (o que acaba por acontecer tantas vezes!). Os professores professam, educam sobretudo pelo que são, pelo que dizem e pelo que calam, pelos gestos que realizam, pelo que fazem e pelo que optam por não fazer. As escolas católicas exigem ambientes nos quais “educadores competentes, convictos e coerentes, mestres de saber e de vida, sejam ícone, imperfeito é claro, mas não ofuscado do único Mestre” (23). Pelo seu profissionalismo e pelo seu “testemunho de vida, são eles que garantem à escola católica a realização do seu projeto educativo” (45), enfrentando “o seu trabalho como uma vocação pessoal na Igreja” (23). São os educadores que realizam ou não o diálogo intercultural e inter-religioso que o mundo atual tanto reclama, em ordem à fraternidade e à paz.

12. Partilho com outras pessoas, com este documento e com o PEG a perspetiva de que o “paradigma educativo do cuidado” (36) pode ser uma poderosa chave para contrapor ao paradigma individualista, burocrático, seletivo, competitivo e tecnocrático que tem ganhado tanto relevo na educação.

O paradigma educativo do cuidado tem uma das suas principais âncoras na política do reconhecimento, que é também proximidade, respeito e acompanhamento pessoal.

Este ato de reconhecer constitui um ato fundamental em educação. Aranguren (2021⁴) descreve-o em quatro passos. O primeiro consiste em reconhecer cada outro, cada aluno como pessoa, como um ser único, que merece ser conhecido e saudado pelo seu nome e saber que está lá como pessoa inteira, diante de mim.

O segundo é deixá-lo aparecer, suspendendo pré-conceitos, julgamentos, exigências e imposições sobre o outro. Para que o outro apareça tenho então de abandonar as minhas expectativas e até certezas, pois o outro “não é a peça certa de um sistema, é um mistério que está diante de mim” (ibidem, p. 258). Este passo requer humildade e disponibilidade para fazermos juntos, alunos e professores e famílias, um caminho.

O terceiro passo consiste em ouvir o outro, o que ele tem para dizer e entredizer, na sua singularidade; não querer despejar sobre ele tudo o que sei e que julgo saber sobre ele (que será sempre um ato de vaidade e sobrançeria) e a parafernália dos dispositivos técnicos pré-existentes. Fazer perguntas e escutar com respeito, com cuidado e enlevo, não ficar na superficialidade de um trato consumista. Trata-se de algo sagrado: um encontro humano ao mais alto nível, face a face, entre duas liberdades (como disse Levinas). O eu de cada aluno que acolhemos é capaz de crescer saudavelmente se conhecer um tu que o reconhece e acolhe, na sua diferença e personalidade, que lhe cria terreno para andar, estrada para percorrer, que não o coisifica como objeto de ensino.

O quarto passo é o “creio em ti”, não apenas no que dizes e fazes, mas em ti, na pessoa que és, um ser em construção, que sei que pode des-envolver-se (desfazer o novelo e aparecer como pessoa única) e ser, qualquer que seja o ponto de partida. É esta a soleira da porta da instituição educativa escolar, é este arranque, embebido em amor, que inicia um processo de co-construção de conhecimento e de desenvolvimento. O diálogo com e a participação das crianças e jovens são, hoje, importantes núcleos refundadores da escola católica.

Em educação, o reconhecimento é o princípio do renascimento, como também assinala Aranguren. O verbo francês *re-con-naître* é particularmente feliz: nascer de novo com.

13. Ser hoje escola católica e permanecer firme nesta sua identidade surge como um caminho muito exigente, que requer correr riscos, fazer opções políticas muito claras, confiar e arriscar, preservar na fé e na caridade, sempre abertos ao diálogo e contando sempre com o permanente labor do Espírito Santo.

Não é por acaso que o Pacto Educativo Global tem estado a ser lançado acompanhado por um forte apelo do Papa Francisco à coragem, assim declinado: coragem para colocar a pessoa humana no centro da educação; coragem para capitalizar as melhores energias, a criatividade e a responsabilidade, para ser proativo e encarar a educação com uma visão de longo prazo, fora do status quo, criando um novo humanismo; coragem para promover a “cultura do encontro”, para formar pessoas que estão prontas para servir a comunidade.

E é para atingir estes objetivos que o Papa propõe “uma educação em saída”, um caminho para ser feito em conjunto (35).

⁴ Aranguren, L. (2021). É o nosso momento. O paradigma do cuidado como desafio educativo. IPAV & Fundación SM.